



## **Censura, Jornal ValeParaibano e A.I-5: vestígios da ditadura militar <sup>1</sup>**

Tancy Costa Mavignier <sup>2</sup>

Universidade de Taubaté

### **Resumo**

Há uma necessidade histórica de resgatar o tempo da censura, vivido na ditadura militar que deixou marcas na população e na imprensa. Outra tendência é a preocupação em estudar a região onde moramos, por isso pareceu interessante resgatar a história do Vale do Paraíba com a análise do jornal ValeParaibano. A pesquisa propõe avaliar o tipo de censura ocorrida no jornal e a maneira deste se posicionar durante o regime militar. Para obter estes resultados é necessário analisar o *corpus* formado por exemplares do mês de dezembro de 1968, mês do A.I -5, até dezembro de 1974. A pesquisa utiliza o método histórico-crítico. A análise de 3 jornais de dezembro de 1969 mostra a tendência do veículo a um comportamento conservador. Com a mudança da direção para o grupo Bandeirantes em 1958 o jornal se tornou mais comercial. Este resultado é parcial, pois a pesquisa está em andamento.

### **Palavras-chave**

Jornal ValeParaibano; Censura; Ditadura Militar; Vale do Paraíba.

---

1. Trabalho apresentado ao III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos/SP, 9 de agosto a 2 de setembro de 2007.

2. Aluna de Jornalismo da Universidade de Taubaté  
E-mail: [tmavignier@hotmail.com](mailto:tmavignier@hotmail.com)



Enquanto a imprensa discutia a proposta do ministério da justiça de alertar os telespectadores do conteúdo de tv que assistem, notamos o receio da imprensa de perder sua liberdade. Este assunto é amplamente discutido pela mídia, mesmo em tempos democráticos, isso demonstra a relevância da pesquisa que visa entender as raízes da censura: o Regime Militar. Nesta época, ficou evidente o controle da imprensa por parte do Estado e o endurecimento por parte do governo. O estado sempre conheceu o poder da mídia, por isso sempre usou de instrumentos para controlar. No Brasil, o governo de 1964 só conseguiu o fortalecimento do Estado e a venda da imagem do milagre econômico controlando a imprensa, impedindo qualquer crítica ao governo e sua ideologia.

A escolha do jornal ValeParaibano para análise foi devido a facilidade de acesso dos arquivos e da tendência da regionalização da mídia. Visto que o Vale hoje é o principal jornal regional, líder de mercado e circula em até 39 municípios do Vale do Paraíba. O jornal existe desde 1952 e passou também pelo período da ditadura.

Uma das motivações para escolha do tema foi o pouco conhecimento dos jovens da história regional, até porque no ensino fundamental não é aprofundado o estudo sobre a história local. Somente é ensinados alguns aspectos da cultura regional. Soma-se o fato da maioria dos artigos e livros só retratarem a censura de jornais da grande imprensa, sendo este um assunto inédito. Esta pesquisa nasceu com o intuito de conhecer mais a fundo o jornal, o histórico do Vale do Paraíba, seu posicionamento político e as formas de censura que o periódico passou. Também das possíveis repercussões da censura no vale e dos movimentos contestatórios. O problema da liberdade é complexo no Brasil e depende da estrutura da nossa organização política.

Para atingir os objetivos a pesquisa será histórico-crítica usando de análise de conteúdos dos editoriais e de matérias de política e economia para entender a intencionalidade do jornal e sua posição política e ideológica perante o regime. Para tanto foi necessário se basear no livro *Mídia controlada: A história da censura no Brasil e no mundo*, do autor Sérgio Mattos. Que trás um panorama geral da história da censura analisando os instrumentos de censura e a estrutura dos meios de comunicação e foca a ação do Estado na tentativa de restringir a liberdade de expressão.

Da mesma maneira que Mattos propõe Dalton Jobim<sup>3</sup> cita que desde os tempos remotos o Estado e a Igreja se preocupam em controlar a sociedade, usando como pretexto defender os valores de sua própria segurança. Segundo Jobim, a censura usada por muitos governos sempre foi bem ocultada, começando nos primeiros governos da



república eleita, chegando a agredir ou assassinar jornalistas. Até então ninguém tinha usado a censura prévia como Getúlio Vargas, na ditadura do Estado Novo, criando o DIP<sup>4</sup> departamento com a função de controlar a imprensa. Após a ditadura de Vargas, em 31 de março de 1964, acontece o Golpe que institui um longo período da ditadura militar. Para entender este período e o regime, se faz necessário lembrar o cenário político antes e durante o regime.

Mesmo o presidente Castelo Branco prometendo não restringir a imprensa lançou uma Lei de imprensa mais severa que a anterior. Mas é no governo de Costa e Silva que a censura é instaurada nas redações por causa do Ato Institucional número 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, que terminou com o direito de hábeas corpus. Para compreender melhor a época é necessário conhecer o cenário político antes do Golpe Militar. João Goulart fora ministro do trabalho de Getúlio e foi demitido por pressão do adversário Carlos Lacerda, udenista, de Vargas. Com a morte de Vargas o Partido trabalhista brasileiro (PTB) se fortaleceu, Jânio Quadros vence as eleições e Goulart é seu vice-presidente. Mas em agosto de 1961 com a renúncia de Jânio enquanto o vice João Goulart viajava, Ranieri Mazzilli presidente da câmara assumia a posição. As medidas nacionalistas, de João Goulart, preocupavam militares e empresários. Com a idéia da segurança nacional decidem pelo sistema parlamentarista, que durou pouco e por um plebiscito foi instinto. Goulart tinha projetos de fazer uma reforma de base: estatizar a saúde, o transporte e a educação. A oposição o via como uma ameaça ao Brasil e fazia campanhas em reação a seu governo.

Para Viera a explicação dos militares era impor o cumprimento da Constituição. O golpe de 1964 aconteceu com contribuição norte-americana e demonstra o espírito da Guerra Fria doutrinar ideologicamente e influenciar nações contra o comunismo. A ideologia do movimento de 1964 nasceu com a Escola Superior de Guerra (ESG), destinada a formação da elite, de civis e militares, para desenvolver e executar uma política de segurança nacional. Em 11 de abril, Castelo Branco é eleito pelo Congresso Nacional. Logo nasce o primeiro Ato Institucional, no qual se cassava os direitos políticos, e agora as eleições seriam indiretas fortalecendo o governo. Por meio do Ato Institucional número 2 houve a extinção de todos partidos políticos existentes, formando dois: a ARENA e o MDB. Eleito indiretamente, Costa e Silva assume o poder

---

3. Em 'A liberdade de imprensa no Brasil' na página 19.

4. Departamento de imprensa e propaganda.



Endurecendo o governo. Neste momento, a população sofreu com o arrocho salarial, falta de liberdade e repressão policial. Fez até Decreto-lei contra as greves dos trabalhadores. O Ato Institucional de número 5 instituiu os abusos do poder.

“Concedendo ao Presidente da República inúmeros poderes:

a) fechar o Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmaras municipais; b) cassar mandatos de parlamentares; c) suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; d) demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; e) demitir ou remover juizes; f) suspensão das garantias do Poder Judiciário; g) decretar estado de sítio sem qualquer impedimento; h) confiscar bens como punição por corrupção; i) suspensão do *habeas-corpus* em crimes contra a segurança nacional; j) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; k) legislar por decreto e expedir outros atos institucionais ou complementares; l) proibição de exame, pelo Poder Judiciário, de recursos impetrados por pessoas acusadas por meio do Ato Institucional número 5.”  
(VIERA, 1985, p. 27)

O Ato teve longa vida até o governo de Geisel, e trouxe força política ao Poder Executivo. Em 1969, as empresas estrangeiras foram privilegiadas, mas o poder de compra da população diminuiu. Com a doença de Costa e Silva, em 30 de outubro de 1969, Médici toma posse, mas na defesa de medidas fortes não acabou com o A.I-5. Um fato interessante citado por VIERA (1985), e que os militares tinham discursos democráticos mas nas ações usam recursos primitivos, evidenciado também no texto de Jobim. Após o A.I-5 surgem vários movimentos de operários, estudantes contra o regime instaurado no Brasil e o governo começa a reprimir com torturas e violência. De modo que visava controlar as redações foi realizada a censura. Para isto se criou o DOPS<sup>5</sup>, assim eram manifestadas as propagandas militares.

Com o Ato Institucional número 5, se institucionalizou a censura de duas formas: a censura prévia e a autocensura. Poucos periódicos foram corajosos ao criticar os abusos do regime e estes sofreram de maneira severa a censura. A censura prévia segundo Aquino (1998) era aplicada com censores, bilhetes e revisão da Polícia Federal, geralmente vivenciada à distância. Já a autocensura consiste em uma linha editorial omissa aos acontecimentos políticos, que foi um meio utilizado por muitos jornais para não sofrer a censura prévia. Os jornais que mais sofreram foram os alternativos, como é evidenciado em Aquino (1998) na comparação dos dois periódicos: O Estado de São Paulo, representando a grande imprensa e o Movimento um semanário alternativo. Com o poder centralizado foi possível o Brasil passar pelo “Milagre Brasileiro” com o crescimento da produção e de empregos, por causa do setor industrial e do aumento de

---

5. Departamento de Ordem Política e Social

investimentos estrangeiros e das estatais. Mas é importante saber que enquanto a economia parecia ter progredido, a dívida externa no governo de Médici triplicou, além da renda ficar concentrada entre os mais ricos.

No dia 15 de março de 1974, Geisel assume o poder com a idéia de uma abertura lenta e gradual, pois a economia enfrentava dificuldades. Ele pretendia substituir os instrumentos de repressão, distendendo as pressões políticas sobre a sociedade civil, cujo símbolo era o A.I-5. Queria uma mudança por etapas, primeiro suspendendo de forma parcial a censura prévia. Isto justifica a delimitação do corpus do período da instituição do A.I-5 até a diminuição da censura nas redações em 1974. Embora tenham acontecido reformas, o governo não aceitava as pressões como no caso da morte de Wladimir Herzog em 1975.

Enquanto a autocensura dependia do órgão de divulgação; acatar as proibições e censurar determinadas notícias era responsabilidade da direção do periódico. Para poder entender como aconteceu a censura na região, foram analisados três jornais de dezembro de 1969. Usando do método de análise de conteúdo de editoriais e matérias de política e economia. A escolha do ValeParaibano se deu pelo tempo que o mesmo existe e pelo fato de seu desenvolvimento acontecer junto ao crescimento da cidade. No anteprojeto foi pensado usar o método comparativo quanto ao assunto e conteúdo do ValeParaibano, mas com a análise de conteúdo foi possível se aprofundar nos textos, já que diferentemente de Aquino (1998) só um periódico é analisado.

Muitas mudanças podem ser observadas entre o jornal atual, além da grande diferença da diagramação ele possuía no máximo 6 páginas. O ValeParaibano foi criado pelo folclorista e professor Francisco Pereira da Silva em parceria com o gráfico Rubens Leocioni, em 6 de janeiro de 1952. Somente em 1955, quando é vendido para Edward Simões que o semanário se transforma em jornal diário e neste período segundo Jorge Lemes, redator do jornal que trabalhou entre 1955 a 1977, foi mudada a linha editorial.

Porém, durante o regime militar época o ValeParaibano pertencia a Rádio Clube do grupo Bandeirantes de televisão e viveu a época mais comercial. Em que alguns jornalistas citam, que o comprometimento com as notícias diminuiu. Outro fator relevante para a pesquisa foi descobrir que o idealizador e fundador estava preocupado em valorizar a cultura regional.

Nos anos 50 com a chegada da Rodovia Presidente Dutra, a região passa por uma onda de industrialização e urbanização. É nesta época que se recebe o CTA<sup>6</sup>, a General Motors, e a Rodhia. Durante os anos 6,0 noticiaram fatos importantes e grandes



coberturas como a visita do Presidente Costa e Silva a São José e reportagens sobre o movimento estudantil na região. Um dos jornalistas mais perseguidos foi o redator Luiz Paulo Costa, que escrevia uma coluna de política no jornal, que chegou até a ser perseguido e torturado.

A pequena amostragem de jornais coletados foi devido as péssimas condições dos livros e da não digitalização dos jornais. Uma das amostras data de 14 de dezembro de 1969 só existe uma notícia sobre política e não é nacional, trata do conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo em São José dos Campos, seu enfoque tende a ser imparcial sugerindo uma resolução pacífica do Poder Judiciário.

A segunda amostra data de 19 de dezembro de 1969 e trata da morte do presidente Costa e Silva, todas as manchetes são relacionadas ao fato. Esta página tende a ser parcial. Ele dignifica a imagem de um presidente que instituiu o A.I-5, comparando a outros presidentes militares e aos heróis do exército brasileiro. A terceira amostra data de 20 de dezembro de 1969 trás um suíte do assunto de 14 de dezembro e trata sobre a volta da paz política na cidade de São José dos Campos.

Analisando esta pequena amostragem pode-se perceber que o jornal trás sim notícias políticas de impacto, mas tende a ser tendencioso quando trata da política nacional de temas nacionais. Diferentemente dos assuntos de política regional, em que o jornal aborda de maneira crítica, se posicionando contra o prefeito da cidade.

A pesquisa conseguiu resgatar retratos gerais e específicos dos momentos históricos, tanto no país quanto na região, além de entender que é necessário um aprofundamento na coleta de materiais. É de grande importância saber como a ditadura influenciou a imprensa, seus instrumentos de repressão e como a ditadura deixou marcas tanto no jornalismo. Hoje a imprensa não é mais censurada pelo Estado, mas sim pela linha editorial das empresas jornalísticas. Sendo a liberdade de imprensa uma conquista do nosso povo que torna possível a circulação de forma ampla de idéias e informação, sendo inseparável do processo democrático.



## Referências Bibliográficas

AQUINO, M. A. *Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978, o exercício do cotidiano da dominação e da resistência; O estado de São Paulo e movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

COSTA, L. et al. *Uma lacuna na história*. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo na Universidade de Taubaté. Taubaté: 1996.

JORNAL VALEPARAIBANO. Caderno especial 50 anos ValeParaibano. São José dos Campos. pgs 3 a 8.

LAKATOS, E; MARCONI, M. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Ática, 1995. 4º ed.

MATTOS, S. *Mídia controlada - A história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paullus, 2005.

JOBIM, D, A liberdade de imprensa no Brasil. In: MELO, J. M. *Censura e liberdade de imprensa*. São Paulo: COM-ARTE, 1984, p. 19-26.

PIMENTEL, M. T. *O tratamento da informação das agências de notícias de um jornal regional. O caso do jornal ValeParaibano*. Revista Acervo do núcleo de pesquisa e estudos em comunicação NUPEC. Taubaté. n. 2, p. 59-72, 1998.

VIERA, E. *A república brasileira 1964-1984*. São Paulo: Moderna, 1985.